

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

MIRIAN ROZANE BRITTO DA COSTA

**A COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA E A PRODUÇÃO ORGÂNICA DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO LOURENÇO DO SUL**

**São Lourenço do Sul
2017**

MIRIAN ROZANE BRITTO DA COSTA

**A COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA E A PRODUÇÃO ORGÂNICA DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO LOURENÇO DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Profa. Dra. Gabriela Coelho de Souza

Coorientadora: Tamara Raísa Bubanz Silva

**São Lourenço do Sul
2017**

MIRIAN ROZANE BRITTO DA COSTA

**A COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA E A PRODUÇÃO ORGÂNICA DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO LOURENÇO DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Gabriela Coelho de Souza – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Rumi Kubo

Prof. Me. Daniel Mocelin

RESUMO

Produzir orgânico pelo Agricultor Familiar é uma realidade, assim como sua participação em entidades que lhes represente. Este trabalho é um estudo sobre como a produção orgânica está ajudando o agricultor familiar, sendo que objetivo principal é compreender as potencialidades e dificuldades do cooperativismo voltado à produção orgânica no fortalecimento da agricultura familiar, a partir do caso da Cooperativa Sul Ecológica no município de São Lourenço do Sul. Também caracteriza os espaços de comercialização, identifica as Políticas Públicas que ajudaram na consolidação da Cooperativa e relata a relação entre os agricultores e a Cooperativa. Os dados foram coletados através de pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas aplicado a sete agricultores que fazem parte do quadro social da Cooperativa Sul Ecológica, também na entrevista realizada com a Presidente da mesma. Concluiu-se que as políticas públicas são muito importantes para a comercialização da Cooperativa e também para o desenvolvimento dos agricultores associados.

Palavras – chaves: Cooperativismo - Produção– Comercialização – Políticas Publicas

ABSTRACT

Producing organic by the Family Farmer is a reality, as is their participation in entities that represent them. This work is a study about how organic production is helping the family farmer, whose main objective is to understand the potentialities and difficulties of cooperativism focused on organic production in the strengthening of family agriculture, based on the case of the Cooperativa Sul Ecológica in the municipality of São Lourenço do Sul. It also characterizes the commercialization spaces, identifies the Public Policies that helped in the consolidation of the Cooperative and reports the relationship between the farmers and the Cooperative. The data were collected through a qualitative research with semi-structured interviews applied to seven farmers who are members of the Cooperativa Sul Ecológica, also in the interview with the President of the same. It was concluded that public policies are very important for the commercialization of the Cooperative and also for the development of the associated farmers.

Key words: Cooperativism - Production - Commercialization - Public Policies

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização de São Lourenço do Sul.....	17
Figura 2- Reunião do Conselho Administrativo com outras entidades.....	22
Figura 3- Processamento do tomate na agroindústria da Cooperativa.....	23
Figura 4- Imagem interna da Loja na sede da Cooperativa.....	27
Figura 5: Estufa na propriedade do Agricultor entrevistado.....	33

SUMÁRIO

1	Introdução.....	8
1.1	Objetivo Geral.....	10
1.2	Objetivos Especificos.....	10
2	Revisão Bibliográfica.....	11
2.1	Agricultura Familiar	11
2.2	Cooperativismo na Agricultura Familiar.....	13
2.3	Políticas para a Agricultura Familiar.....	14
2.4	Certificação.....	15
3	Aspectos Metodológicos	16
3.1	O município de São Lourenço do Sul.....	16
3.2	Metodologia.....	18
4	Conhecendo a Cooperativa de Agricultores Ecologistas.....	21
4.1	A Cooperativa Sul Ecológica.....	21
4.2	Histórico da Cooperativa.....	23
4.3	Canais de Comercialização.....	24
4.4	Políticas Públicas acessadas pela Cooperativa.....	27
4.5	Potencialidades e dificuldades.....	30
5	Considerações Finais.....	34
	Referências.....	36
	Apêndice I – Entrevista	38

1 - INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho centra-se em aprofundar a compreensão sobre o papel da organização dos agricultores familiares na forma de cooperativas e a relação com a produção orgânica. A agricultura familiar produz uma diversidade de alimentos que resgata e mantém muito da cultura local associada à alimentação. No município de São Lourenço do Sul há forte presença da agricultura familiar com produção de alimentos diversificada que vem se organizando na forma de cooperativas.

A partir do momento em que as pessoas passam a viver em sociedade, também surgem às necessidades, que nos dias atuais são atendidas por varias organizações, que estão presentes no cotidiano. Muitas vezes não é notado, mas os agricultores familiares estão inseridos em varias organizações, como: política, religiosa, cultural, acadêmica e muitas outras. Para obter muitos serviços, hoje em dia, as pessoas dependem destas organizações.

Muitas dificuldades são encontradas pelos agricultores familiares para manter-se produzindo no meio rural, assim como para comercializar, já que sua produção é pequena. Neste processo de comercialização existe a alternativa de se reunirem, vários agricultores, e comercializarem a produção em conjunto, embora ainda existam muitos intermediários no meio rural.

No meio rural do município é muito intensa a relação do agricultor familiar com as redes de cooperação. As informações e demandas dos agricultores chegam ao poder público e também retornam por meio destas entidades e também por meio do CAPEC (Conselho Agropecuário Municipal) que conta com a participação de mais de 30 (trinta) Associações de produtores rurais entre outras entidades.

Das alternativas de comercialização pesquisadas a pretensão deste estudo é trabalhar com o cooperativismo, especificamente com a Cooperativa Sul Ecológica. Esta é uma cooperativa de produção orgânica, composta por Agricultores Familiares. Sua sede é em Pelotas, mas atua em oito municípios, são eles: Pelotas, Arroio do Padre, Cerrito, Canguçu, São Lourenço do Sul, Turuçu, Herval e Morro Redondo. O foco desta pesquisa é a Cooperativa na cidade de São Lourenço do Sul. A Sul Ecológica é composta somente por agricultores familiares, tendo num total de 206 agricultores/sócios. Estes produzem para comercialização em feiras, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Cooperativa conta com a assistência técnica da Organização Não Governamental (ONG) Centro de Apoio a Produção Agroecológica (CAPA) e com técnicos contratados por meio de programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Os agricultores familiares para fazer parte do quadro social da Cooperativa, tem que estar vinculados a um grupo, assim também para terem direito a assistência técnica do CAPA e serem certificados como produtores orgânicos, podendo comercializar tendo o aporte necessário.

Já existe uma logística, de recolhimento e entrega dos produtos, organizada pela administração da Cooperativa, que funciona conforme os mercados a ser atendido, este é um serviço muito necessário que a Cooperativa Sul Ecológica disponibiliza para seus quadro de associados, pois, muitos não teriam condições de transportar os produtos até os locais de entrega.

Ao pé da Serra dos Tapes, onde é chamada de colônia, estão localizados os agricultores familiares que nos dias atuais trabalham com a plantação de fumo. Neste local a maior parte da mata nativa foi cortada para fazer lenha para secar o fumo, este é o maior impacto ambiental desta região. O meio ambiente é um fator de preocupação, tanto pela conservação da biodiversidade, como pela perspectiva da produção, neste contexto a produção agroecológica contribui para uma produção diferenciada, com produto mais valorizado e garantia de qualidade de vida, tanto para o produtor como para quem consome estes alimentos. O entorno de uma propriedade orgânica também é beneficiado com todas as vantagens que este tipo de produção pode trazer.

Produzir orgânico pode ser uma opção para o agricultor familiar, construir uma entidade, como a Cooperativa Sul Ecológica, que tem como objetivo comercializar a produção. Este é um grande desafio, pois muitas dificuldades são encontradas neste caminho. Reconhecendo que este tipo de produção é uma das formas de valorizar o que pequenos agricultores colhem na sua propriedade, a pesquisadora por ser uma agricultora deste município e fazer parte do quadro social da Cooperativa Sul Ecológica, tem interesse e motivação para buscar as resposta a este trabalho, bem como conhecer outros mercados que poderão ser acessados pela entidade.

A intenção deste trabalho é entender a seguinte questão: como o cooperativismo voltado à produção orgânica contribui para o fortalecimento da Agricultura Familiar?

1.1 - Objetivo Geral

Compreender as potencialidades e dificuldades do cooperativismo voltado à produção orgânica no fortalecimento da agricultura familiar, a partir do caso da Cooperativa Sul Ecológica no município de São Lourenço do Sul.

1.2 - Objetivos Específicos

- Caracterizar os espaços de comercialização para a produção orgânica acessada pela Cooperativa Sul Ecológica;
- Identificar as políticas públicas que têm contribuído para o funcionamento da Cooperativa Sul Ecológica;
- Analisar as potencialidades e dificuldades dos agricultores na relação com a Cooperativa Sul Ecológica.

O cooperativismo se destaca entre os agricultores familiares, por promover o fortalecimento dos diferentes elos da cadeia produtiva onde os agricultores estão inseridos. Neste sentido, a pesquisa que apresento conta à trajetória da Cooperativa Sul Ecológica, seu acesso as políticas públicas e a comercialização de produtos dos agricultores, destacando as potencialidades e as dificuldades, pois produzir orgânico exige conhecimento e vontade de querer fazer.

Este trabalho de conclusão de curso está organizado em cinco capítulos. No primeiro apresenta-se a introdução e os objetivos. No segundo a revisão bibliográfica onde se cita conceito de outros autores sobre: agricultura familiar, cooperativismo na agricultura, políticas para a agricultura familiar encerrando com certificação. No terceiro são os aspectos metodológicos, onde se apresenta o município e a metodologia usada na pesquisa. No quarto apresentam-se os resultados da pesquisa sobre a Cooperativa dividindo-se em quatro subitens: A Cooperativa Sul Ecológica; Histórico da Cooperativa; Canais de Comercialização; Políticas Públicas acessadas pela Cooperativa; Potencialidades e dificuldades. No quinto e último capítulo as conclusões do autor.

2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo serão expostas ideias e conceitos a partir de publicações de outros autores referentes aos seguintes temas: agricultura familiar, cooperativismo, políticas públicas, agroecologia e certificação.

2.1 – Agricultura Familiar e produção orgânica

Agricultura familiar é um tema muito abordado nos últimos anos pela sua importância para o desenvolvimento rural, pois tem uma diversidade de produtos. Segundo Wanderley (2001, p.5), “esta categoria de agricultores abrange nos últimos anos, no Brasil, novidade e renovação”. A sociedade reconhece que este trabalho tem um diferencial e que muito do movimento econômico em meio a uma comunidade parte desta categoria.

A agricultura familiar, segundo Sacco dos Anjos (2003), pode ser vista como uma atividade agrícola familiar, se preservar alguma característica, como:

[...] a) a gestão é feita pelos próprios proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e, finalmente, f) os membros da família vivem na unidade produtiva (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 43).

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Agricultor Familiar é definido pela Instrução Normativa (IN) nº 01/2009, onde em seu artigo 1º, diz que estes tem que atender aos seguintes requisitos:

Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais (o módulo fiscal é uma unidade de medida, também expressa em hectares, fixada para cada município, instituída pela lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979); Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Brasil, 1999).

Numa mesma comunidade podem ser identificados distintos sistemas de produção familiares que para Arl (2007, p.11), diferem conforme: "Os objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e a forma de sua inserção na sociedade global". Pela existência de vários sistemas de produção, o autor sugere que se chame como “agriculturas familiares”.

A preocupação com o meio ambiente já estava presente na década de 1970, quando foi o auge da “Revolução Verde”, em que ao final dessa década surgem os Movimentos Ambientais, que segundo Arl (2007) participaram da fase inicial de denúncias das

consequências e contestação do modelo [...] este movimento chamou-se de Agricultura Alternativa que ficou fortemente marcada pelos questionamentos e denúncias ao modelo da Revolução Verde. (Arl, 2007, p.4).

A produção isenta de produtos químicos pode fazer a diferença na comercialização, esta preocupação com o meio ambiente representa o cuidado que o produtor possui, ou seja, produção com a preocupação ecológica, onde os alimentos são produzidos em meio à natureza, sem o uso de produtos químicos, por tanto sem agredir ao meio ambiente, “servindo de base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos” (CEPAGRI,1998).

Para Caporal e Costabeber (2002) é importante definir a terminologia orgânico, pois:

[...] uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos alternativos", "ecológicos" ou "orgânicos" não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo. É preciso ter presente que a simples substituição de agroquímicos por adubos orgânicos mal manejados pode não ser solução, podendo inclusive causar outro tipo de contaminação. Caporal e Costabeber (2002, p.74)

O termo orgânico também se refere a outras culturas, segundo a Lei n.º 10.831/2003, engloba as demais manifestações de agricultura como “ecológicos”, “biodinâmicos”, “natural”, “regenerativo”, “biológico”, “agroecológico”, “permacultura”. Andersson (2011).

Outro conceito sobre produção orgânica é de Schultz (2007) citado por Andersson (2011, p.31) onde :

[...] a definição ampla de agricultura orgânica é fundamentada somente nas dimensões técnico-agronômicas da produção e manejo dos agroecossistemas, assumindo maior legitimidade com a crescente preocupação da opinião pública a respeito dos impactos ambientais. [...] as agriculturas denominadas “de base ecológica” ou “agroecológicas” não se limitam ao questionamento dos aspectos técnicos e econômicos no meio rural, mas também incorporam, em suas discussões e práticas, as dimensões sociais e políticas que interferem na sustentabilidade dos sistemas produtivos.

Muitos agricultores familiares destacam-se por produzir sem química, respeitando o meio ambiente, obtendo um alimento mais saudável, podendo-se chamar de produção orgânica, pois vai fazer o manejo da terra, apenas preocupando-se com a técnica. Para a produção agroecológica, os limites são mais amplos vão além das técnicas de produção

orgânica, pois incorporam em sua prática outras dimensões mais abrangentes servindo de base para uma agricultura sustentável.

2.2 – Cooperativismo na agricultura familiar

Com a necessidade dos agricultores familiares de comercializarem sua produção, unem-se de forma a construir uma entidade de representação, e em meio aos movimentos econômicos solidários, emergem as cooperativas. Estas tiveram sua origem na Inglaterra após o processo conhecido como Revolução Industrial.

Os princípios de organização das cooperativas de produção, para Singer (2008) são unidades típicas da economia solidária, pois estes são a posse coletiva dos meios de produção, a democracia na gestão da empresa, a divisão da receita líquida entre os cooperados atendendo a critérios discutidos e negociados coletivamente. Ele justifica que a economia solidária é um processo contínuo de luta dos trabalhadores contra o capitalismo. E, nesse dilema dos trabalhadores na expectativa de superação do capitalismo, é fundamental a autogestão, este exercício exige um aprendizado onde apenas a prática vai proporcionar.

Conforme Singer (2008, p. 24), “a economia solidária surgiu na década de 1990, em resposta à crise do sistema capitalista e como forma de superação das dificuldades econômicas enfrentadas por uma parcela significativa da população, a qual buscava geração de trabalho e renda”.

No Rio Grande do Sul as cooperativas chegaram através dos imigrantes em meados do século XIX, mas é a partir dos anos 80 segundo Wojahn e Martinez (2008) que acontece o reconhecimento:

Com o processo de redemocratização, a partir dos anos 80, a Política Nacional de Cooperativismo passa a sofrer questionamentos. A sociedade civil retoma seu protagonismo e começam a surgir experiências fora do âmbito da tutela do governo. Ressurgem as cooperativas de crédito. Os movimentos sociais criam suas Cooperativas: MST, FETRAF etc. A Constituição de 1988 contemplou o anseio da sociedade civil e assim incorporou no texto constitucional: Art.5º, Inc XVIII – A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. (Wojahn e Martinez; 2008 p.15)

A solidariedade entre os agricultores familiares é um traço muito forte, para Wojahn e Martinez (2008) “a organização comunitária se expressa em diversas áreas: religiosa, cultural, educacional e esportiva. Porém na esfera econômica, vale o ditado popular: cada um por si, Deus por todos”. Por isto, segundo estes autores, a comercialização dos produtos depende ainda, em muitos casos, de intermediários.

Muitas são as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares, mas trabalhar de forma coletiva, para atingir um propósito pode trazer bons resultados. Wojahn e Martinez (2008) citam que:

O cooperativismo é uma ideia surgida na Inglaterra, em um contexto de grandes dificuldades dos trabalhadores, que acabou se espalhando pelo mundo todo. [...] precisamos conhecer a origem e a filosofia do cooperativismo, procurar compreender seus valores e sua prática social. [...] o cooperativismo funda-se em valores, como democracia, igualdade, solidariedade, equidade e ajuda mútua. Os associados devem se orientar por valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante. (Wojahn e Martinez; 2008, p.19)

2.3 – Políticas para a agricultura familiar

Também a partir da década de 1990 começam a surgir as políticas públicas para a agricultura familiar. A previdência social rural, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), “sendo este criado em 1995, uma das maiores conquistas do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário)”, conforme (Schultz e Waquil, 2011). Estes autores também dizem que “Esta política inaugura um novo marco histórico na intervenção do Estado na agricultura brasileira; isto porque, desde os anos 1970, com a modernização da agricultura, a intervenção do Estado sempre havia privilegiado os produtores rurais com grandes áreas de terras (patronais)”.

Segundo Kageyama (2008) citado por Schultz e Waquil (2011) o surgimento do MDA, cuja missão era “criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania”, propiciou um incremento no debate sobre desenvolvimento rural, demonstrando que o rural não se resume ao agrícola.

O MDA, Ministério extinto em 2016, foi o responsável pelas principais políticas públicas para a agricultura familiar. Estes agricultores estão sofrendo as consequências, pois os cortes no orçamento destas políticas impactam diretamente na produção assim como em outros mecanismos diretamente ligados aos agricultores familiares.

Dos programas criados pelo extinto MDA, para incentivar e equivaler à produção nas áreas rurais, segundo Schultz e Waquil(2011, p.72) destacam-se:

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mediante o qual o governo compra a produção dos agricultores familiares para atender a programas de segurança alimentar; o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), que propicia ao agricultor um abatimento de sua dívida proporcional a redução de preços que o produto cultivado tenha sofrido em relação ao preço de garantia estabelecido pelo governo federal; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pelo qual os municípios aplicam no mínimo 30% do seu valor de repasses na aquisição de produtos da agricultura familiar da região para alimentação escolar; além de outros de igual importância.

Outro autor Denardi (2001), cita que o PNAE e o PAA são as principais políticas públicas para a agricultura familiar que se destacam atualmente no Brasil. Para Stolarski e Castro (2005) o programa PNAE tem como objetivo: “distribuir uma refeição/aluno do ensino fundamental da rede pública de ensino nos 200 dias letivos de forma universalizada, suprimindo as necessidades nutricionais referentes ao período em que o mesmo estiver na escola”.

Para Schultz e Waquil (2011) o PAA e o PNAE também são:

[...] exemplos de políticas nacionais que demandam um entendimento amplo entre a CONAB e os municípios, bem como a organização dos agricultores em cooperativas ou associações, a fim de viabilizarem as vendas de seus produtos a esses programas.[...], os quais podem contar com o apoio de cooperativas, da EMATER, do sindicato rural, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CONDER), etc., além de exigir controle sobre a qualidade e a quantidade por parte dos próprios beneficiários diretos, tais como as escolas e as creches, que muitas vezes mobilizam as associações de pais e as comissões de professores e merendeiras. (Schultz e Waquil, 2011, p.72).

No espaço rural muitos instrumentos foram utilizados para aumentar a produção e para ajudar na comercialização dos produtos, mas cabe aqui referenciar que as pesquisas e a assistência técnica são segundo Schultz e Waquil, (2011) instrumentos importantes de políticas agrícolas, e ainda citam como exemplo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1972, e a assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER), iniciada no final da década de 1940, com o objetivo de apoiar o processo de modernização da agricultura e as estratégias voltadas às políticas de industrialização do país.

2.4 – Certificação

De acordo com Arl (2007) a agricultura alternativa tomou forma e adeptos comprometidos, entrando em um processo de formação e mobilização nesta área, construindo então a Agricultura Orgânica. Também apareceram muitos produtores sem compromisso ou ideologia apenas querendo tirar proveito deste mercado. “Surge desde a década de 70 a

necessidade de criar normas e procedimentos para dar garantia ao consumidor da procedência e sistemas de produção dos produtos orgânicos ofertados”, conforme Arl (2007, p.6).

Mas é na década de 1990 que surge a certificação para produtos orgânicos, onde o governo começa a normatizar, instituindo um selo que deverá constar nos rótulos dos produtos. Com este selo o consumidor passa a ter a garantia de que o produto está de acordo com os critérios exigidos para a produção orgânica.

A certificação segundo Souza (2001), é:

O procedimento pelo qual uma terceira parte, independente, assegura, por escrito, que um produto, processo ou serviço obedece a determinados requisitos, através da emissão de um certificado. Esse certificado representa uma garantia de que o produto, processo ou serviço é diferenciado dos demais. No caso de produtos orgânicos, a certificação é um instrumento, geralmente apresentado sob a forma de um selo afixado ou impresso no rótulo ou na embalagem do produto, que garante que os produtos orgânicos rotulados foram produzidos de acordo com as normas e práticas da agricultura orgânica. Souza (2001, p.1).

Conforme Souza (2001) a certificação é fornecida por agências certificadoras que precisam ser credenciadas por um órgão ou estarem enquadrados pelas normas ISO-65, no caso de produtos orgânicos.

Para a garantia da qualidade orgânica dentro da legislação brasileira o MAPA, prevê três diferentes maneiras: A Certificação, os Sistemas Participativos de Garantia e o Controle Social para a Venda Direta sem Certificação. Os chamados **Sistemas Participativos de Garantia**, junto com a Certificação, compõem o **Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - Sis-rg**. Para o seu bom funcionamento os Sistemas Participativos de Garantia caracterizam-se pelo **Controle Social** e a **Responsabilidade Solidária**, o que possibilita a geração da credibilidade adequada a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, institucionais, organizacionais e econômicas. Brasil (2008).

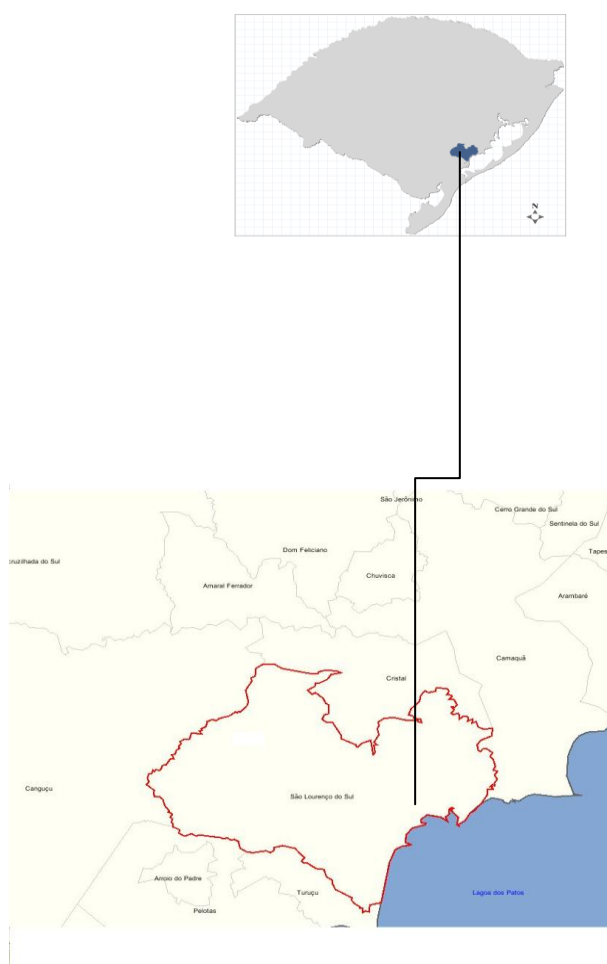
Outra forma de certificação surgiu na década de 1990, que se chama Rede Ecovida de Certificação Participativa, que segundo Arl (2007,p.8) “A certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade”.

A Rede Ecovida esta regulamentada pela Instrução Normativa, a IN 19, de 28 de maio de 2009. Nesta I.N. é definido como é feito a coleta de informações para o conhecimento da qualidade dos produtos, sendo então, a partir desta regulamentação, conhecido a qualidade dos produtos que vai ser certificado.

3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 – O município de São Lourenço do Sul

O município de São Lourenço do Sul, localizado as margens da Lagoa dos Patos, também conhecido como a “terra de todas as paisagens”, tem um total de 43.110 mil habitantes, sendo que na área rural tem em torno de 44% da sua população total, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010) (Figura 1). O município está dividido em duas regiões, uma as margens da Lagoa dos Patos onde as terras são planas, próprias para o cultivo do arroz e se localizam as propriedades latifundiárias, a outra de topografia mais íngreme onde está a maior parte da agricultura familiar que planta em sua maioria tabaco, milho, soja e hortifrutigranjeiros, tendo o leite também como uma das principais rendas.



Fonte: SEPLAMA (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente).

Figura 1: Localização de São Lourenço do Sul.

No município em estudo, são várias as etnias presentes, como: portugueses, alemães/pomeranos, afrodescendentes, espanhóis entre outros. Ao pé da Serra dos Tapes, onde

é chamada de colônia, estão localizados os agricultores familiares que nos dias atuais trabalham com a plantação de fumo, muito da mata nativa foi cortada para fazer lenha para secar o fumo, este deve ser o maior impacto ambiental desta região, dentro do município.

Segundo Leivas e Freitas (2010, p.7) “não existe definição universalmente aceita sobre populações tradicionais”, mas estes mesmos autores citam que: A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT - Brasil, 2007), que conceitua as populações tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

No município de São Lourenço do Sul podem ser identificados alguns grupos como tradicionais. São eles: Os Quilombos, negros descendentes de escravos que moram em grupos (famílias) nas terras reconhecidas deles e que estão lutando para receber seus direitos de posse; Pescadores, povo que vive as margens da Lagoa dos Patos e dela tiram seu sustento; Pomeranos, são descendentes de Alemão/Pomerano, este povo veio para o município a mais de 150 anos, trabalham a terra e são considerado na sua maioria como agricultores familiares.

No município em estudo, podem ser identificadas as ruralidades moderna e socioambiental. A moderna pode se dizer que acontece nas margens da Lagoa dos Patos onde estão localizados os latifundiários, que mantêm ou procuram manter a mesma forma de produzir dos anos 1970, ou seja, com muitos produtos químicos e mais atuais com as sementes modificadas geneticamente. Este tipo de produção traz impacto, pois cada vez mais os agricultores tem que usar produtos químicos, já que as ervas daninhas se tornam mais resistentes, com isto afetam a mata ciliar que vai sendo extinta e como consequência o açoreamento dos rios. “A Mata Ciliar não só protegem os rios como evita o ressecamento do solo, a erosão e o desbarranqueamento das margens, mas também preserva a flora e a fauna que habitam estas áreas, contribuindo para evitar o desaparecimento de espécies”. Hartwig (2011, p.24).

Na ruralidade socioambiental o tradicional continua acontecendo, mas de forma reinventada, os povos mantêm suas tradições, mas valorizando a natureza e isto acontece também por existirem outros atores envolvidos, formando uma rede de relações, como os agricultores familiares ecologistas que comercializam seus produtos em feira livres na cidade, “É um rural socialmente reorganizado a partir de uma tradição reinventada por um

agrupamento ou comunidade local e apresenta-se como uma continuidade de uma vida fundamentada na condição camponesa”. Wanderley(1996, p.20)

3.2 Metodologia

Saber e entender como começou um projeto, muitas vezes não basta apenas ter convivido, ver pela própria perspectiva, mas também ver com o olhar dos outros, pesquisar como outros atores veem a construção destes projetos no decorrer de anos. Então a Agricultora Familiar, se transforma aqui em pesquisadora, com o intuito de mostrar no decorrer do trabalho mais um projeto que veio para contribuir no desenvolvimento rural local.

O que leva a pesquisadora a pensar neste projeto como tema de pesquisa foi sua relação com ele desde o começo e porque acreditava e acredita, que a produção de alimentos livre de produtos químicos trás para o produtor e o consumidor alimentação mais saudável, também levando em consideração a conservação do meio ambiente.

O ser humano está sempre na busca de novos fatos, e como agricultora familiar e fazendo parte do quadro social da Cooperativa Sul Ecológica, posso dizer que não é diferente as minhas inquietações com relação a muitos fatos que envolvem a Cooperativa. Faço parte do quadro social desde a sua fundação, participei da sua diretoria administrativa nos primeiros seis (6) anos. Embora não participe mais diretamente da sua administração, procuro estar sempre ciente dos fatos a ela relacionados.

Agricultura de base ecológica sempre foi de meu interesse, quando me propus a morar no meio rural, tinha consciência de que precisava me envolver com entidades que tivessem uma relação direta com esta forma de produção, então no final da década de 1990, passei a me envolver diretamente com associações e com o CAPA, onde logo ajudei na construção da Cooperativa, como uma das agricultoras que consegue se estabelecer no processo de industrializar as frutas excedentes, transformando-as em sucos e doces. Por isto, um dos objetivos deste trabalho identificar as políticas públicas da qual a Cooperativa Sul Ecológica esta inserida.

Como toda a pesquisa, não posso simplesmente entrevistar os atores e transcrever suas falas, por isto neste texto vou descrever a metodologia usada para conhecer fatos sobre estes agricultores com relação à Cooperativa. A pesquisa é de natureza básica e quanto aos seus objetivos uma pesquisa exploratória, onde Gil (2007) *apud* Gerhardt e Silveira (2009, p.34) cita que:

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Os agricultores entrevistados fazem parte dos grupos de ecologistas de São Lourenço do Sul. Foram selecionados dentro dos grupos aqueles que fazem parte do quadro social da Cooperativa Sul Ecológica desde a sua fundação e que estão comercializando através dela. Estes agricultores tem uma visão melhor da história e da administração da entidade. A princípio seriam dois (2) por grupo, como num dos grupos foi identificado apenas um agricultor fundador disposto a colaborar, então foram sete (7) os agricultores entrevistados e deste três (3) são mulheres, onde duas das agricultoras produzem hortifrúti mas também tem agroindústria em sua propriedade, elas processam frutas transformando em doces, mas o principal produto são os panificados, como: pães, bolos, bolachas e outros. Os demais agricultores produzem hortifrúti e também grãos. Estes agricultores nesta pesquisa serão identificados por número, como: Agricultor 1, 2 até o sétimo.

Como delimitação da pesquisa, foram selecionados agricultores cooperativados que representem parte do espaço rural de São Lourenço do Sul, onde a Cooperativa tem quatro (4) grupos de produtores ecologistas. Onde são denominados: Quevedos, Monjolo (quilombo), Prado Novo, Campos Quevedos, Santa Inês e Feliz, onde três (3) dos grupos estão trabalhando juntos em função de não terem o número suficiente de famílias para comporem um grupo. Pois para fazer parte da Cooperativa é necessário que o agricultor faça parte de um grupo que deve ter no mínimo cinco (5) famílias.

Para aprofundar o conhecimento em relação ao tema em estudo, neste caso “o papel da Cooperativa Sul Ecológica para Agricultores Familiares com produção orgânica em São Lourenço do Sul”, foi utilizada abordagem qualitativa, que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.32), “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com os aspectos da realidade que não podem se quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. O trabalho de campo desta pesquisa aconteceu durante o mês de setembro de 2017.

Também se utilizou de uma pesquisa bibliográfica, que está fundamentada em trabalhos de outros pesquisadores que salientem a importância da agricultura familiar e de política públicas voltadas para o benefício dos agricultores e da Cooperativa em questão. Também foram consultadas fontes secundárias, como: livros, revistas, jornais, etc.

A coleta de dados foi feita através de entrevista semiestruturada, do tipo informal, ou seja, os dados foram coletados através das entrevistas com os atores: os agricultores que produzem e comercializam seus produtos, assim como, com a administração da Cooperativa na pessoa da Presidente no ano de 2017. As perguntas foram abertas deixando o entrevistado com a liberdade de discorrer sobre o tema da pesquisa, mas para isto, seguiu-se um roteiro com um conjunto de questões pré-definidas (Apêndice I).

Os encontros com os agricultores aconteceram no escritório do CAPA na cidade, por opção dos próprios agricultores, que consideraram mais prático para eles. Com a administração da Cooperativa, na pessoa da Presidente, a entrevista foi no município de Pelotas, onde é a sede da mesma.

Com embasamento nos dados coletados na pesquisa de campo, foi realizada a análise de conteúdo, que, a partir do conjunto das informações foi feita a análise dos dados esperando encontrar as respostas para as questões a respeito da comercialização de produtos diferenciados, passando pela análise de políticas públicas relacionadas à Cooperativa Sul Ecológica e a relação dos agricultores com a mesma. Pelas respostas da entrevista realizada com os Agricultores e com a Presidente, também se analisou como o cooperativismo voltado à produção orgânica contribui para o fortalecimento da Agricultura Familiar no município de São Lourenço do Sul.

Durante todas as etapas da pesquisa foram levado em consideração os aspectos éticos, onde foi apresentado o Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido que foi devidamente preenchido e assinado pelo pesquisado e respeitando a opinião de cada entrevistado. A identidade dos agricultores entrevistados foi resguardada.

4 – CONHECENDO A COOPERATIVA DE AGRICULTORES ECOLOGISTAS

Neste capítulo começamos apresentando a Cooperativa Sul Ecológica, seu quadro social, como é realizada a comercialização e os mercados que acessa. São descritas as Políticas Públicas em que a Cooperativa e seus agricultores estão inseridos, assim como a posição de cada entrevistado. Encerrando o capítulo descrevendo sobre as potencialidade e dificuldades da cooperativa de acordo com os relatos dos entrevistados.

4.1 – A Cooperativa Sul Ecológica

A Cooperativa foi fundada em dezembro de 2001, por agricultores familiares de produção ecológica de vários municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Ela surge pela necessidade dos agricultores terem uma entidade que os representasse diante dos mercados, na organização e no planejamento deste grupo de pessoas, assim como incentivá-los a produzir de forma Agroecológica contrapondo a monocultura do fumo.

A Sul Ecológica está organizada em grupos de no mínimo cinco (5) famílias, tendo atualmente 207 associados e 25 grupos divididos pelos municípios da região. Para o agricultor fazer parte do quadro social deve participar por seis (6) meses num dos grupos, adquirindo experiência, formação e com assistência técnica da cooperativa ou da ONG CAPA. Após o período probatório o grupo apresenta o novo agricultor para aprovação do conselho administrativo, este é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo compostos por dez (10) conselheiros titulares e dez (10) conselheiros suplentes, todos associados e com plenos direitos, pois foram eleitos em Assembleia Geral.

Figura 2: Reunião do Conselho Administrativo com outras entidades.



Fonte: Acervo da cooperativa, 2014.

A cooperativa visa o fortalecimento do agricultor familiar, buscando sempre inovações, mercados apoio de outras entidades, mas sempre voltada a preservar o meio ambiente e usando estratégias e tecnologias com a intenção de obter desenvolvimento sustentável, com menor impacto possível a natureza, impulsionada pela equipe técnica, para isto utiliza o termo “Agricultura Ecológica”, por ser este o ideal do trabalho.

Buscando novas alternativas a Cooperativa investe em montar uma agroindústria para “minimamente processados”, com a intenção de acessar novos mercados. A estrutura física da agroindústria foi alterada para também atender o processamento de frutas para produzir doces, compotas e conservas, atendendo também ao tomate, onde foi criado novo produto massa de tomate (Figura 3), aumentando assim o leque de produtos comercializados pela Cooperativa.

Figura 3: Processamento do tomate na agroindústria da Cooperativa.



Fonte: Mirian R. B. da Costa, 2016

4.2 – Histórico da Cooperativa

No ano de 1999, um grupo de agricultores familiares começa um trabalho de produção de hortaliças orgânicas, que toma conhecimento da existência do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor). Este já prestava assistência técnica a vários grupos de produção ecológica na região. A produção ecológica de hortifrutigranjeiros era destinada a feiras, mas começou a gerar excedentes. Como as feiras não estavam dando conta de comercializar, mesmo ampliando os pontos de venda, os grupos foram à procura de uma solução para esta produção a mais que se perdia nas propriedades dos agricultores, principalmente as frutas.

Nasce a Cooperativa Sul Ecológica de agricultores familiares, no ano de 2001, através dos agricultores familiares ecologistas que formaram vários grupos pelos municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas e Canguçu, tornando, então, esta cooperativa uma entidade regional. Assistidos pelo CAPA na busca do aperfeiçoamento das técnicas para produção de base ecológica, na organização e planejamento da produção, os grupos fundadores apostaram nesta entidade para lhes representar diante dos mercados.

A cooperativa tem nos dias atuais, associados de vários municípios, de acordo com a Presidente:

São 207 associados, [...] diminuiu, muito cooperados não faziam mais parte do quadro social, mas não tinham pedido desligamento ainda, devido eles não estarem comercializando pela cooperativa, hoje então, muitos destes agricultores deixaram de ser cooperados.

O trabalho da Cooperativa não dialoga direto com o agricultor, mas sim através dos grupos de associados, formados por no mínimo cinco (5) famílias. Estes grupos estão distribuídos pelos municípios da região, que a cooperativa abrange. No estatuto da cooperativa é bem claro o regramento, onde pode se ler que:

[...] congregar agricultores familiares, praticantes da Agricultura Ecológica, de sua área de ação, organizados em núcleos de, no mínimo, cinco (5) famílias para promover a ampla defesa dos interesses econômicos, a integração, a solidariedade e o crescimento social e cultural de seus associados. [...].

Cada grupo da cooperativa elege um agricultor como coordenador, que vai representá-lo nas reuniões de conselho que acontecem a cada dois (2) meses, levando e trazendo informações, tendo direito a votar pelo grupo quando necessário. De acordo com a Presidente na cooperativa “São 25 grupos, teve grupos que se extinguíram, se juntaram com outros, mas também nesse meio tempo teve grupos novos, a gente contou e fez o levantamento tem estes vinte cinco grupos”.

A pesquisa se dá na cidade de São Lourenço do Sul, por isto nas perguntas mais específica sobre o município em estudo, quantos grupos tem, a Presidente responde que: “Identifica seis grupos de produção, o número exato eu não sei [...]”. Numa conversa informal com o técnico do CAPA, que dá assistência a todos os grupos da cooperativa no município em estudo, a informação de que três (3) dos seis (6) grupos, estão trabalhando juntos, pois não tem o número mínimo de cinco (5) famílias conforme exige o estatuto.

Quanto ao número de agricultores sócios da cooperativa são de São Lourenço do Sul, a Presidente responde que “[...] eu acredito que de trinta a quarenta por cento são de agricultores de São Lourenço. Pelotas aumentou bastante, mas o quadro social na maioria é de Pelotas e São Lourenço”.

4.3 – Canais de Comercialização

Dos Agricultores Familiares que fazem parte do quadro social da Cooperativa Sul Ecológica, alguns por terem uma produção em pequena escala, muitas vezes pouco mais que

o da subsistência, não conseguem comercializar seu excedente. Diante da pergunta de como iniciaram seu trabalho junto à cooperativa, as respostas variaram entre o incentivo do CAPA e a necessidade de comercialização. As respostas foram:

Meu trabalho iniciou-se junto com o meu pai que era sócio, depois que eu formei família comecei a participar mais ativo de reuniões do grupo ecológico[...] e fui aprovado pelo grupo a me associar na cooperativa. (Agricultor 1, 2017).

Comecei participando do grupo, eu e o marido, ele entrou de sócio primeiro, depois eu entrei, por causa da comercialização, [...], na merenda escolar aqui do município. (Agricultor 2, 2017)

Através do CAPA. (Agricultor 3, 2017).

O trabalho começou a través do CAPA né, as visitas do CAPA, a conversa teve bastante tempo, não foi inicial e já seguiu a plantação, a gente teve um longo período de discussão, a partir dali a gente começou a fazer produção orgânica pra cooperativa. (Agricultor 4, 2017).

A gente primeiro fez uma experiência né, pra ver se ia da certo né, a gente sempre foi assim, vinha a proposta a gente começava mas não já dizia vô continua pro que tem, vai da certo, não, a gente experimentava pra depois dava o resultado quando a gente via que dava resultado, pegava e continuava. (Agricultor 5, 2017).

A gente tinha trabalhado através da Associação [...] e lá veio a alternativa de procurar a alternativa na agricultura familiar. A grande opção foi fazer mudança na produção, teve bastante pessoal interessado em produzir ecológico dai a gente teve formação do grupo ecológico[...]. E posteriormente surgiu a Cooperativa Sul Ecológica. (Agricultor 6, 2017).

Diante do desafio de perder ou vender para um atravessador, que não valoriza o seu produto, busca outras formas de escoar sua produção. Se unir em forma de cooperativa é uma opção. Os agricultores que fazem parte do quadro social da Cooperativa Sul Ecológica, tem a assistência técnica do CAPA e de projetos de ATER que a cooperativa consegue acessar. Assim, desde a sua fundação os agricultores têm práticas e formação nos princípios de agroecologia.

A Cooperativa Sul Ecológica foi criada com apoio e incentivo do CAPA, pois começava na época a surgirem vários mercados de produtos orgânicos e a produção orgânica também estava crescendo, as entidades que trabalhavam com este tipo de produção não estavam conseguindo atender, tanto aos consumidores quanto aos produtores. Na época não existia outras formas de acessar mercados, a não ser pela construção de uma entidade que representasse o produtor orgânico. Então quanto os motivos que os levaram a formar a cooperativa, eles responderam:

Os motivos são: uma cooperativa é mais forte que um agricultor no individual; a cooperativa vai em busca de mercado para a comercialização dos meus produtos. Acessar mercados que só se consegue via cooperativa. (Agricultor 1, 2017).

Por causa da comercialização. (Agricultor 2, 2017).

Para ter uma entidade que comercializasse a minha produção. (Agricultor 3, 2017).

Pela poca terra que se tem, uma forma da gente acha o espaço da gente pode tá comercializando o pouco que a gente colhe né, como a gente já tem uma história de orgânico, a vida inteira foi orgânico, também por falta de recursos pra comprar a sementes e também insumos químicos, a gente sempre trabalhou com orgânicos. Pra nós, fazer parte do quadro da cooperativa, com o espaço que temos, foi a maneira que a gente achou de ter uma renda e uma sobrevivência com a produção. (Agricultor 4, 2017).

E até pra nós é bem mais pratico pra comercializa, a cooperativa buscava, né, a gente vendia pra cooperativa. Pra gente te o recolhimento do produto, facilitava muito. (Agricultor 5, 2017).

A busca do comercio, logo de inicio tinha dificuldade da produção, que a gente temia, mas como o resultado da produção foi imediata, depois veio a dificuldade da comercialização do produto e aí nossa grande esperança foi a cooperativa. fazer a frente e ter este espaço. (Agricultor 6, 2017).

Precisava de uma cooperativa. (Agricultor 7, 2017).

Os agricultores pesquisados mostram que se apropriaram dos conhecimentos sobre como ter direito à certificação. Ressalto aqui que para o agricultor fazer parte do quadro social da cooperativa deve comprovar um período mínimo de seis (6) meses de participação em grupo, tendo neste período formação agroecológica com acompanhamento técnico e serem aprovados pelos membros do grupo, enquanto passam por esta formação os agricultores são considerados “agricultores em transição”.

Nos dias atuais mercados para produtos orgânicos ou ecológicos encontram-se cada vez mais em evidência, pois muitos são os consumidores que buscam uma alimentação saudável e também o reconhecimento dos órgãos governamentais. A Cooperativa Sul Ecológica que está inserida neste nicho de mercado, pois comercializa a maioria de seus produtos através da venda direta, como feiras livres e nas duas lojas, tem uma que está no Mercado Público de Pelotas em um espaço alugado e a outra junto a sede da Cooperativa (Figura 4) nestes espaços são comercializados os hortifrúti e também produtos industrializados pelas agroindústrias de agricultores sócios, chegando a quase vinte por cento do faturamento anual da entidade. Além disso, a Cooperativa Sul Ecológica também se utiliza dos meios de comercialização institucionais.

Figura 4: Imagem interna da Loja na sede da Cooperativa.



Fonte: Acervo da Cooperativa, 2015.

Para os agricultores pesquisados, ter uma cooperativa que comercialize sua produção orgânica, além da comercialização em si, também o crédito que isto representa para um produto diferenciado no mercado. Quando perguntado sobre a cooperativa comercializar somente produtos orgânicos, todos concordam que uma entidade como a Cooperativa Sul Ecológica, só beneficia o agricultor familiar de produção orgânica. “[...] nos dá mais crédito”, diz o Agricultor 3. “É uma certeza para os consumidores que todos os produtos que ali estão são orgânicos” fala o Agricultor 1.

A comercialização dos produtos pela cooperativa gera um volume em capital que conforme a fala da Presidente: “O valor em reais, da pra se dizer que em 2016 foi um milhão e meio, em torno disso”. Quando perguntado sobre o valor comercializado pelos agricultores de São Lourenço a resposta foi: “[...] mais precisamente dos agricultores de São Lourenço [...]”. A cooperativa não tem no sistema a filtragem por município, né,[...]”.

Muitos foram os mercados acessados pela cooperativa e muitos deste continuam sendo atendidos, nos dias atuais atende tanto aos mercados diretos como aos institucionais, pode se observar pela fala da Presidente:

A cooperativa comercializa nos dois pontos fixos de venda, então ali na Barão de Santa Tecla, 510 e no Mercado Público na Banca 74 (Pelotas), nos mercados institucionais, alimentação escolar e programa de aquisição de alimentos e algumas feiras, hoje a gente tá participando da expofeira (Pelotas). Essas feiras também a

gente participa. [...] na federal é recurso do PNAE, mas a modalidade de compra é PAA.

Para os agricultores as informações chegam através das reuniões de grupo, pelo seu coordenador ou pelo técnico do CAPA, pois mostram que estão cientes dos mercados que a cooperativa está acessando, embora muitos tenham seus próprios mercados, pois nas falas pode ser observado que todos os agricultores pesquisados também comercializam de forma direta, como: feiras, na propriedade e até mesmo para o mercado institucional, pois o PNAE aceita o que chamam de grupo informal, onde um grupo de agricultores se reúnem e comercializam sem precisar passar por uma entidade como no caso a cooperativa.

Nas falas dos agricultores os mercados que eles reconhecem que a cooperativa coloca seus produtos não são diferentes dos que a dirigente já citou, como: As lojas da cooperativa, PAA (Fome Zero), PNAE (Merenda Escolar) e merenda da UFPEL.

4.4 – Políticas Públicas acessadas pela Cooperativa

Pode ser notado como num grupo de pessoas que são de origens, culturas e experiências diversas quando se encontram com um mesmo propósito, produção de base ecológica, são capazes de criar alternativas, novas formas para o seu desenvolvimento e do grupo a que pertencem. Na busca por novos mercados, cabe lembrar que um dos objetivos do estudo é de caracterizar os espaços de comercialização dos produtos destes grupos. Então surge no ano de 2000, o projeto piloto chamado de “Merenda Escolar Ecológica”, portanto nos grupos de agricultores que tinham a assistência técnica do CAPA, se viram diante da possibilidade de vender para o mercado institucional. Este era um projeto do Governo do Estado e foi implantado na escola Estadual Cruzeiro do Sul na cidade de São Lourenço do Sul.

Com este incentivo para a comercialização dos produtos, os agricultores que já tinham produção de base ecológica aumentam sua produção, sendo exemplo a outras famílias para que começassem a cultivar este tipo de alimento aderindo a este projeto. Isto foi um início, pois estes agricultores deram-se conta que poderiam acessar outras formas de mercado, mas, para facilitar esta comercialização, que traria desenvolvimento a todos, seria melhor que se organizassem em sistema de cooperativa.

No mesmo período que se forma a Cooperativa surge a Política Pública “Programa de Aquisição de Alimentos” (PAA), instituído pelo governo federal em 2004, executado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Outra política que a Cooperativa

também vem a acessar é o “Programa Nacional de Alimentação Escolar” (PNAE), conhecido como merenda escolar, seu recurso vem do Governo Federal, esta política é para adquirir alimentos para a merenda escolar, tendo como responsável o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação(FNDE) que está vinculado ao Ministério da Educação. Também tem Política Pública Estadual, como o caso do “Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais” (FEAPER), este é coordenado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul), que atua como agente financeiro e pela Coordenadoria Estadual FEAPER.

Da organização destes grupos de agricultores, muitas portas se abrem para a comercialização dos produtos, onde o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) torna-se o mais importante mercado consumidor onde as famílias cooperadas venderam sua produção orgânica. Através deste programa muitas iniciativas de agroindústrias também se fortalecem.

A cooperativa tem seu real reconhecimento pelo governo federal em 2006, quando a cooperativa apresentou um projeto para Assistência Técnica e Extensão Rural de diversificação das áreas de cultivo de tabaco, que foi aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Mas, apesar de todo conhecimento técnico-científico que uma extensão rural pode proporcionar, o conhecimento empírico, tradicional do local é resgatado através do diálogo com os agricultores da localidade, trazendo estas experiências para somar na geração de novas tecnologias. Assim, como na organização, produção, processamento e comercialização da produção dos cooperados.

O PNAE foi outro programa que ajudou a Cooperativa na comercialização, podendo ter como fornecedores os mesmos agricultores que forneceriam para o PAA. Com este programa muitos benefícios vieram de forma paralela, onde os agricultores ecologistas, além de comercializar pela Cooperativa também conseguiram seu próprio espaço de comercialização de forma direta, montando grupos informais de fornecedores. Neste espaço as agroindústrias vinculadas a Cooperativa conseguem se inserir e comercializar diretamente até o valor estipulado por lei e o excedente comercializar pela Cooperativa.

Esta forma alternativa de produzir que respeita o meio ambiente baseado numa nova ética pode gerar desconfiança no consumidor, pois dizer que o produto é orgânico ou ecológico é muito fácil para o agricultor, mas para o consumidor acreditar é necessário que crie um vínculo de confiança. Com a certificação tornou-se mais fácil à comercialização dos

produtos orgânicos e com a regulamentação da certificação participativa, o agricultor familiar, antes excluído do processo de certificação pelo custo, consegue fazer parte.

O processo de certificação participativa gera um selo que deve estar presente nos rótulos dos produtos, para o agricultor familiar que tem seu produto comercializado em redes distantes, como os produtos industrializados, este selo é a garantia de origem dos produtos. No caso de comercialização direta como as hortaliças não é necessário o selo, Mas, os agricultores devem estar vinculados a um Organismo de Controle Social (OCS).

Como já citado, a cooperativa está inserida num nicho de mercado e tendo consciência de que precisava se adequar a realidade deste tipo de produção, os dirigentes na época entraram com o processo participativo junto a Rede Ecovida de Agroecologia, para acrescentar em sua unidade enquanto cooperativa uma OCS (Organização de Controle Social). Desta forma, os agricultores cooperados e que estão cadastrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e foram inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, podem comercializar seus produtos, como orgânicos, em venda direta e para mercados institucionais.

Dos agricultores familiares ecologistas que foram entrevistados, somente o Agricultor 6 não tem a certificação, justificando que: “foi disponibilizado (certificação) mas eu tava com pouca produção na época, então a gente deu uma segurada, na parte da horta a gente não tem muita produção”. Os demais reconhecem o quanto é importante ter o selo de certificação nos seus produtos, pois geram confiança no consumidor e quatro (4) dos agricultores dizem que com o selo podem comercializar no mercado institucional.

O Agricultor 2, questiona sobre a certificação dos produtos industrializados que a Cooperativa esta comercializando em uma de suas lojas:

[..] mas na parte dos industrializados que a Sul trabalha eu vejo que a fruta é orgânica, tipo o pepino, a pessoa que faz pra eles lá não usa vinagre orgânico, ai eles querem me dizer que esse vinagre está dentro dos 5%, e não, [...] para um litro de água vai botar 300ml de vinagre vai passa longe, ai tem mais o sal e outros condimentos, ai já passa longe.

Nesta questão temos uma divergência, sobre como interpretar a produção orgânica, por que quando é perguntada a Presidente se a Cooperativa só comercializa produtos orgânicos a resposta é “Sim, a Cooperativa comercializa cem por cento produtos orgânicos, somente produção orgânica”.

4.5 – Potencialidades e Dificuldades

A equipe técnica de Extensão Rural Agroecológica da Cooperativa assim como o CAPA, trabalha no sentido de educar, usando métodos participativos como: cursos, palestras, seminários e nas reuniões dos grupos, onde também desenvolvem a prática social. Cobram o comprometimento dos agricultores com a conservação do meio ambiente, trabalhando sempre no sentido de desenvolvimento sustentável, onde os tipos de culturas respeitem a natureza provocando menos impacto e com isto fortalecendo a agricultura familiar e desenvolvendo a região.

Para os agricultores pesquisados, nenhum dele está com toda a produção orgânica, principalmente nos grãos, onde é muito referenciado o milho. Nos industrializados, na área de panificados, nenhum dos agricultores tem produção orgânica, assim relatou dois (2) agricultores que tem agroindústria, mas afirmam que os hortifrutigranjeiros são orgânicos, já outros quatro (4) agricultores citam o milho, que não conseguem produzir orgânico.

Para o Agricultor 6, existe uma situação de regressão na produção orgânica, conforme sua fala: “eu tinha 100%, hoje ela já não é mais 100%, tem um espaço arrendado pra soja e num espaço pra produção de fumo orgânico, o resto ainda continua orgânico. A soja quem planta é um terceiro”.

A Cooperativa Sul Ecológica comercializa os produtos orgânicos ou agroecológico para os mercados institucional desde 2003, com o PAA na modalidade “Compra Especial com Doação Simultânea”, mesmo antes de haver uma regulamentação quanto a certificação dos produtos, mas esta foi uma política pública estruturante para entidades que fomentavam mercados para os produtos dos agricultores familiares. Então a relação com as políticas públicas sempre foram uma constante para a cooperativa. Na atualidade, segundo a Presidente:

“A cooperativa, ela acessa, né, o PAA e o PNAE, mas também acessa os recursos públicos [...] acessou o FEAPER, pela modalidade agricultura familiar e camponesa [...]. As políticas que hoje a cooperativa acessa seriam PAA, PNAE.

Uma organização que atende a agricultura familiar de produção orgânica e consegue se inserir no mercado institucional, conseguindo ter a garantia de colocação de seus produtos, pode se tornar dependente destes espaços, o que pode trazer muitas dificuldades na administração da entidade. A Presidente em sua fala coloca suas inquietações;

Pensando em política pública, pautar a comercialização o PAA e o PNAE, nos temos como vantagem a possibilidade de comercialização, na maior parte das vezes e enquanto tá acontecendo realmente esta política, tem uma garantia de mercado mas as vantagens que a gente enxerga, realmente a garantia diante do cenário nacional, a gente vive com esta falta de recurso, entendeu, acaba que o quadro social fica dependente destes mercados para escoar a produção, né, e isso é uma dificuldade, no momento que se tinha na cooperativa uma execução de dois PAAs e esse ano o recurso reduziu bastante e a cooperativa conseguiu acessar somente um PAA no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), que também não saiu, então quando se trata de comercialização as dificuldades é essa questão da garantia da continuidade destas políticas, a continuação disso mesmo é uma dificuldade e insegurança. O quadro social consequentemente não tem a comercialização da produção e a cooperativa tem todas as suas despesas fixas, né, então além de ser ruim para o agricultor, em si para gerenciar a cooperativa também, a gente continua tendo os mesmos gastos e não tá fazendo girar.

Para os agricultores, as políticas que eles reconhecem é o PAA e PNAE, embora não tenha noção das dificuldades de acessar estas políticas, citadas pela presidente, e depois quando a cooperativa ganha o projeto, o quanto é burocrático a organização até começar a fazer o recolhimento nas propriedades e entregar nos locais demandados. Mas pelas falas, começam a haver preocupação dos agricultores com o trabalho da cooperativa, dos valores ofertados pelo governo que estão reduzindo, assim como as quantidades, isto é bem claro na fala do Agricultor 2.

Acho que eles trabalham bastante, trabalhavam com o PAA, com o fome zero, mas eu vejo que tá reduzindo, tá reduzindo muito os valores, que tá vindo, os preços também. [...] tá ruim, os preços da Conab tá lá em baixo, por isto que eles não tão nem fazendo muita questão, acredito que alguns anos atrás era melhor os preços e as formas de acessar, cada vez exigindo mais, pelos comentários que a gente vê nas reuniões da cooperativa tão cada vez exigindo mais, né, documentação e coisas, provas no caso e os valores não aumentam e agora reduziu drasticamente o valor.

A cooperativa surgiu através da necessidade de ter uma entidade que representasse o agricultor familiar diante de um programa de governo, que foi um projeto piloto na alimentação escolar no município de Pelotas, já havia acontecido um projeto, em escala menor, em uma das escolas estadual em São Lourenço do Sul, antes da cooperativa se formar. Estes programas tornaram-se políticas públicas que ajudaram no crescimento da cooperativa, mas também tornou ela dependente destes mercados, o que preocupa a atual administração, conforme a fala da Presidente:

As políticas públicas são para o desenvolvimento, para o crescimento, até hoje a cooperativa depende das políticas públicas, então ela tem que as políticas públicas são essenciais. Para a cooperativa se manter e até hoje, né, ter essas políticas, antigamente quando o PAA não era uma política pública era um programa de governo apenas, também nos deixava muito receosos, embora hoje a gente também tem esse receio, mas pra cooperativa, foi através das políticas públicas que ela conseguiu comercializar a produção de seus cooperados e dar retorno financeiro. [...] a cooperativa surgiu em função disso, ter uma organização [...] então tinha esse programa, foi em 2003, que esse projeto piloto da alimentação escolar em Pelotas

[..] foi dai que surgiu essa necessidade de uma cooperativa, né, depois sim, foi se acessando outra (políticas), foi crescendo na verdade, essas políticas.

Além da comercialização em escalas maiores para vários mercados, uma entidade como a cooperativa tem todo um propósito solidário, pois mais que vender a produção ela também tem valores de democracia, igualdade, cooperação, visando sempre o crescimento econômico do seu associado. A questão da certificação solidária (Ecovida) é muito forte na fala dos agricultores, mas também tem os que se referem na facilidade ao acesso de insumos para a produção. Muitos são os benefícios de estar associados à Cooperativa Sul Ecológica, que pode ser observado nas falas dos agricultores quando citam a proposta de compra do sombrite ou de estufa (Figura 5) em grupo, foi uma quantidade maior com um custo reduzido, também citam a questão da contra nota para o talão modelo quatro, pensando no direito a aposentadoria. Mas todos falam da vantagem para a certificação da produção.

Figura 5: Estufa na propriedade do Agricultor entrevistado.



Fonte: Mirian Bubolz, 2017

Quando o assunto é referente ao pagamento da produção do agricultor familiar, que muitas vezes é a única fonte de renda da família, sendo deste ganho que proporcionam qualidade de vida e um conforto mínimo aos seus, percebe-se durante a investigação um descontentamento com relação aos atrasos nos pagamentos o que acaba também por desmotivar a comercialização. O Agricultor 1 também fala sobre “ a falta de um mercado contínuo”. O Agricultor 2 também reclama dos incentivos “Acho que os problemas é os problemas de todo mundo, os pagamentos e a falta de incentivo [..] houve incentivos, mas agora parou [..]”.

Tem agricultores que tentam compreender os atrasos nos pagamentos e até comparam os problemas da cooperativa com os seus, como é o caso do Agricultor 4, onde ele fala:

Na verdade hoje o agricultor ele enfrenta uma dificuldade talvez é semelhante com a dificuldade da cooperativa que é a questão de pagamentos, eu entendo que esta dificuldade ao mesmo tempo que o agricultor enfrenta esta dificuldade a cooperativa também enfrenta que muitas vezes é a baixa produção que também gera essa dificuldade.

A demora dos pagamentos podem estar relacionado à produção de baixa qualidade, acreditando que a cooperativa não acessa mais mercados em função desta qualidade que não existe, isto esta na fala do Agricultor 5:

Muitas vezes eles pedem uma mercadoria de primeira qualidade, e a gente não tem como apresentar essa primeira qualidade, o solo não ajuda, o tempo não ajuda tudo isso faz ter uma produção mais baixa. [...] a dificuldade referente ao pagamento dos produtos, ainda deve ser a função do pouco mercado que a cooperativa movimenta.

Divergências de opiniões, descontentamentos e críticas tudo dentro do normal em um empreendimento que engloba interesses de muitos agricultores, a Presidente reconhece o momento difícil por que passa a cooperativa, mas independente destes fatores ela está otimista com os mercados que tem e com os novos que estão surgindo, assim como com os investimentos que a cooperativa está fazendo, então quando é perguntado se a cooperativa mostra crescimento fica evidente na sua fala.

Na verdade aumentou os agricultores, acontece que muitos agricultores já não faziam parte do quadro social e saíram, mas aumentou nos últimos dois anos, um problema, mas a cooperativa mostra, mas ainda esta passando por um momento muito difícil, mas perante a cooperativa eu tenho um olhar muito otimista porque hoje a cooperativa tá deixando um pouco essa dependência dos mercados institucionais, embora a gente acredita que é dever e obrigação do governo manter essas políticas, mas a cooperativa tá tendo um olhar para outros espaços de comercialização, seria então os espaços privados e também recentemente, há duas semanas atrás a legalização da agroindústria, em ter uma outra alternativa de comercializa que seria os produtos processados e minimamente processados e higienizados, então eu acredito que, ela a cooperativa tá crescendo e a tendência é de um crescimento significativo a partir do ano que vem, [...] em função da agroindústria e também por outras garantias de comercialização. Rede de supermercados e a cooperativa tem também uma participação mais em feiras, que hoje não é o nosso foco, nosso foco sempre foi estes outros mercados, mas devido ao um grande aumento de comercialização do nosso ponto fixo, ali (loja na sede), se nota que os consumidores querem direto, então a loja vendia em torno de dez a quinze mil reais agora ela tem chegado a vender entre trinta e trinta cinco mil reais, pra um pequeno espaço, então talvez investir em um outro ponto de comercialização seja uma saída, também de feiras e os consumidores tenham acesso a esses produtos.

As políticas públicas, assim como outros mercados maiores, para serem acessados, são necessárias que se tenha um trabalho em conjunto e nada como as organizações para representar este grupo de agricultores familiares de produção ecológica, porque é difícil organizar e fazer funcionar os projetos quando se está sozinho. O Agricultor 1, resume bem

em sua fala “A cooperativa comercializa os meus produtos. Uma cooperativa é mais forte que um produtor no individual”.

Levando em consideração que agricultores não têm que apenas aceitar de forma passiva as iniciativas de planejamento e as intervenções externas, pode ser analisado sua relação com a Cooperativa, pois os interesses e os objetivos são diversos entre os agricultores.

É possível notar as mudanças na forma com que o agricultor familiar está se relacionando com a natureza, conhecendo e tendo acesso às tecnologias, ganhando espaço e tendo ideia da valorização dos conhecimentos locais, diante disto cabe um novo olhar sobre o espaço rural para o seu desenvolvimento e na busca de alternativas produtivas sustentáveis, seja na forma de cooperação ou de outras relações com outros autores rurais.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Familiar vem tentando se adaptar aos novos tempos, a um novo modelo de vida, incorporando novas tecnologias a sua produção, deixando para trás aquele trabalho pesado, com longas jornadas. Com as tecnologias surgindo, aliados ao resgate de sua cultura os agricultores familiares conseguem produzir de forma diferenciada, ou seja, produzir com base na agroecologia.

No município de São Lourenço do Sul constatou-se que a produção de base ecológica está cada vez mais agregando agricultores e lhe dando condições para diversificar a produção, onde se destaca o CAPA com a assistência técnica e a Cooperativa Sul Ecológica na organização dos agricultores, estimulando a produção e fazendo a comercialização, que acontece em feiras, lojas e principalmente no institucional (PAA,PNAE e UFPEL).

A administração da cooperativa busca ampliar os mercados e conquistar novos espaços de comercialização, levando em consideração a situação política e econômica que se encontra o país e com o corte de verbas para as políticas públicas, este movimento de procura para a colocação da produção dos agricultores é constante, gerando preocupação e desgaste.

A preocupação dos agricultores que podem perder sua produção se programas como o PAA diminuam de tamanho ou até forem extintos, pois existem investimentos futuros dentro da agricultura familiar. No momento atual da cooperativa existe um grave problema com os atrasos de pagamento aos agricultores o que gera uma expectativa, pois os Agricultores Familiares que possuem uma propriedade diversificada, a partir das Políticas Públicas de comercialização, como PAA e PNAE, se sentiam seguros com relação a colocar sua produção

orgânica e ter o retorno financeiro, pois daí vem parte do seu sustento, considerando que estas são as principais políticas públicas que contribuem para o funcionamento da Cooperativa.

Um mercado promissor começou em 2015, quando a cooperativa (junto com as outras cooperativas da região) começou a entregar produtos para a merenda escolar da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL, fortalecendo assim o desenvolvimento das cooperativas e consequentemente a valorização dos produtos da agricultura familiar. Esta união com as demais cooperativas mostra que a Sul Ecológica também se preocupa em estar inserida a economia solidária.

Outro investimento que a Cooperativa fez para fortalecer os seus agricultores foi à construção de uma agroindústria para minimamente processados, pois é cada vez mais procurado este tipo de alimento. Existe muita perda de produtos por vários fatores, como: super safra, falta de mercado na safra, produto que não está no padrão e outros. Estes produtos podem se transformar em matéria prima para a agroindústria de minimamente processados e para as agroindústrias de processamento dos sócios da cooperativa, pois varias são as iniciativas neste segmento bastam que se organize a logística. Com isso pouco da produção vai se perder e todos vão ganhar em qualidade e em economia

Existem divergências com relação ao que se considera orgânico, entendo que a administração não consegue estar em todas as frentes, mas sugere-se que a Cooperativa tenha uma estratégia para acompanhar os agricultores que tenham pouca informação para que não cometam erros básicos que afetem o compromisso que ela tem com seus consumidores, pois muitos agricultores podem não ter a noção do quanto podem melhorar sua situação financeira se seguirem as normas do manejo de produção orgânica alcançando a certificação que em muitos mercados é critério para acessar.

Percebe-se nos Agricultores entrevistados certo desconforto quando relatam que não conseguem ter toda a propriedade com produção orgânica, não mantem seu sustento só com este tipo de produção, encontram muitas dificuldades na produção de grãos como o milho. Uma das alternativas para administração da Cooperativa, na intenção de que busquem parcerias com assistência técnica para dar o suporte necessário para este tipo de produto.

A pesquisa atendeu seu objetivo, diante da pequena amostra de entrevistas identificou-se que a comercialização da produção orgânica é realizada em espaços como: feiras, lojas, através de Políticas Publicas como PAA e PNAE para estas podem ser realizadas de forma

direta ou via Cooperativa. Também se identificou serem estas as principais políticas acessadas pela Cooperativa e seus agricultores.

Diante dos fatos conclui-se que apesar de todas as dificuldades de construir e manter uma cooperativa como a Sul Ecológica, para os agricultores de base ecológica de São Lourenço do Sul, se tornaria muito difícil a comercialização se tivessem que buscar estes caminhos de forma individual sendo que esta também é uma forma de diversificar a economia no meio rural e estimulando as famílias a se manterem longe das cidades.

Referências:

ANDERSSON, F. da S. **O Processo de Certificação de Hortaliças na Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.: Um estudo de caso.** 2011. 132f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

ARL, V. **Uma identidade que se constrói em rede** – Caderno de Formação 01. Lapa, Rede Ecológica de Agroecologia. 46 p. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução Normativa nº 007 de 17 de maio de 1999. Brasília, 1999.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia.** V.3, Porto Alegre, 2002.

CEPAGRI – CENTRO DE PESQUISAS METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS A AGRICULTURA. Disponível em: http://www.pg.unicamp.br/deliberacoes_consult.php?ano=1998. Acessado em 07/06/2017.

DENARDI, R. A. **Agricultura Familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.** v.2, Porto Alegre, 2001.

GERHARDT, T.E., SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HARTWIG E. B. **O Assoreamento na Bacia do Arroio Fortunato, Município de São Lourenço do Sul.** UFRGS. Porto Alegre, 2011, 46 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais Municipais.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em 25/05/2017.

- LEIVAS F.A. e FREITAS R.R. **Populações Tradicionais e Conservação da Biodiversidade: Uma relação contratual para manutenção dos territórios**, 7º Congresso Chileno de Antropologia. 2010.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio. **A agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEl, p. 374, 2003;
- SCHULTZ, G.; WAQUIL, P.D. **Políticas Públicas e Privadas e Competitividade das Cadeias Produtivas Agroindustriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. (Educação a Distância, 26).
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- SINGER, P. **Economia Solidária**. In CATTANI, Antônio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2002.
- STOLARSKI, M.C.; CASTRO, D. **Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil**.- Revista Paranaense de Desenvolvimento, N° 113. Curitiba, 2007.
- SOUZA, M.C.M. **Certificação de Produtos Orgânicos, 2001**. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=260>. Acessado em 05 de junho de 2017.
- WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: Tedesco, J. C. (org). **Agricultura Familiar: realidades e perspectiva**. 3 ed. Passo Fundo. Editora UFP, 2001.
- WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20. 1996, Caxambú.
- WOJAHN, E.; MARTINEZ, E. **A Cultura da Cooperação na Agricultura Familiar**.- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Pelotas: 2008, 44p.

Apêndices

Entrevistas

Roteiro de entrevistas:

Local:

Data entrevista:

Nome:

Função:

Roteiro para entrevista para Agricultores.

- Como o senhor iniciou seu trabalho junto à cooperativa?
- Quais os motivos que o levaram a buscar/formar a cooperativa?
- Qual a sua opinião sobre a cooperativa comercializar somente produtos orgânicos?
- Toda sua produção é orgânica?
- Quais são os espaços em que o Agricultor comercializa?
- Quais são os espaços que a Cooperativa Sul Ecológica viabiliza para comercialização dos produtos do Agricultor?
- Possui certificação de produtor orgânico? Qual?
- A certificação ajuda na comercialização, como o Agricultor identifica isto?
- Políticas públicas, identifica alguma que contribua para o funcionamento da Cooperativa Sul Ecológica?
- Quais benefícios de estar associado à Cooperativa Sul Ecológica?
- Quais problemas/dificuldades o agricultor encontra em ser sócio da Cooperativa Sul Ecológica?

Roteiro de entrevista para dirigentes.

- A cooperativa só comercializa produtos orgânicos?
- Quantos agricultores tem hoje no quadro social?

- Quantos grupos de agricultores possui?
- Quantos grupos são de São Lourenço do Sul?
- Quantos agricultores sócios da Cooperativa são de São Lourenço do Sul?
- O volume de produção comercializado, total?
- Volume de produção comercializado dos grupos de São Lourenço do Sul?
- Em quais espaços a Cooperativa comercializa a produção dos Agricultores?
- Quais políticas públicas a Cooperativa acessa?
- Quais benefícios e dificuldades com as políticas públicas?
- Como era antes das políticas públicas e como é hoje?
- A Cooperativa mostra crescimento?

Apêndice I – Entrevistas.